



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

Processo N° 2023/1323085

Assinado digitalmente por HELTON CHARLES
ARAÚJO MORAIS:58866205249
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da
Recursos Fiscais do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A3, OU=AC VALIO RFB VS, OU=AR SOLIMÕES
CERTIFICADORA, OU=Presidência, OU=
22759531000103, CN=HELTON CHARLES
ARAÚJO MORAIS:58866205249
Páscio: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

HELTON CHARLES
ARAÚJO
MORAIS:58866205
249

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N°
152/2023 – CBMPA, QUE CELEBRAM
ENTRE SI CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO PARÁ E A EMPRESA L
DIAS MONTEIRO COMERCIO DE
PRODUTOS ALIMENTICIOS,
CONSOANTE AS CLÁUSULAS E
CONDIÇÕES SEGUINTE:**

O **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ – CBMPA/CEDEC¹**, com sede na Av. Júlio César nº 3.000, bairro Marambaia, nesta cidade de Belém, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 15.513.102/0001-88, como **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Comandante-Geral, em exercício, Exmº Sr. **CEL QOBM HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS**, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 2328191 e do CPF 588.662.052-49 e a empresa **L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS**, Endereço: Rua Betania, nº 28 – Bairro: Bengui, Belém-PA, CEP: 66630-140, e-mail: monteirocomercio1@gmail.com, Fone: (91) 99614-0270, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 44.993.260/0001-80, como **CONTRATADA**, representada neste ato pela **LEIDIANE DIAS MONTEIRO**, portadora da cédula de identidade 4111025 e do CPF nº 968.069.072-53, em observância à Lei nº 8.666, de 1993, à Lei nº 10.520, de 2002, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666, de 1993, à Lei nº 10.192, de 2001, à Lei nº 10.520, de 2002, Decreto N° 991, de 24 de Agosto de 2020, Decreto Estadual N° 534, de 04 de fevereiro de 2020, Decreto nº 878, de 31 de março de 2008 e demais legislações aplicáveis ao assunto.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA:

2.1 A minuta deste Contrato foi aprovada pela Comissão de Justiça do CBMPA, conforme **Parecer N° 164/2023-COJ**, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso VI.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM:

3.1 Este Contrato Administrativo tem como origem o Processo licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2023 SRP / ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 003/2023 CEDEC**, e **Processo Administrativo N° 2023/1323085**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO:

4.1 O presente Contrato tem como objeto a **aquisição de 1000 (mil) galões de água mineral de 5 litros**, a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Porto de Moz-PA, o qual solicita ajuda humanitária, em virtude de decretação de Situação de Emergência.



Avenida Júlio César, nº 3000 – Marambaia, CEP: 66.615-055, Belém-PA
Fone: (91) 98899-6316
E-mail: contratoscbmpa@gmail.com

Assinado de forma digital
por LEIDIANE DIAS
MONTEIRO:96806907253
Dados: 2023.12.28
15:12:56 -03'00'



7. CLÁUSULA SÉTIMA – LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:

7.1 A Licitante Vencedora se compromete a iniciar a entrega e descarga dos Kits nos Pólos no prazo não superior a 3 (TRÊS) dias corridos e seu término não poderá ser superior a 10 (dez) dias corridos, contados da efetiva solicitação por escrito (Ofício ou e-mail) e acompanhada da Nota de Empenho (NE), nos municípios que decretaram Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP).

7.1.2 Os custos operacionais para a entrega, carga e descarga dos Kits nos Pólos será de total responsabilidade do contratado, mesmo havendo a necessidade de mais um modal para transporte dos mesmos.

7.2 A entrega dos Kits deverá ocorrer em qualquer Polo no Estado do Pará, no endereço especificado pela CONTRATANTE, de segunda à sexta-feira no horário de 8:00 às 17:00h, **podendo, excepcionalmente, ser autorizado dia e horário diferenciado** de acordo com a necessidade desta CEDEC.

7.3 Todas das Águas Minerais (Galões), deverão ser entregues devidamente ADESIVADAS diretamente no Galão ou recipiente identificado com a Logomarca do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará e da Defesa Civil Estadual, colorida, e com a inscrição: "Venda proibida". com boa visibilidade nas dimensões de 15 centímetros de largura por 10 de altura. conforme anexo I. do Termo de Referência.

7.4 Os bens somente serão entregues quando autorizados por escrito pela Divisão de Operações (DivOp) ou Coordenador Adjunto de Defesa Civil.

7.5 O objeto desta licitação será recebido da seguinte forma:

7.5.1 Provisoriamente, no ato da entrega no Polo informado pela DivOp ou CEDEC, para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do Edital e da proposta. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento;

7.5.2 Definitivamente, em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal, após comprovada a adequação aos termos contratuais, verificação de que os Kits foram devidamente entregue e estão em perfeito estado de funcionamento conforme as especificações, desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

7.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades da Licitante Vencedora.

7.7 Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, à Licitante Vencedora fica obrigada a substituir o objeto no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da comunicação da recusa, sem ônus para a CEDEC.

7.8 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Licitante Vencedora incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.9 Excepcionalmente a DiVop poderá solicitar entrega de Kits em qualquer Pólo no Estado do Pará, com prazo de antecedência de apenas 48 (quarenta e oito) horas, devendo a Licitante Vencedora dispor transporte para determinadas situações.

7.10 A data de validade dos componentes dos kits não poderá expirar nos 90 (noventa) dias seguintes à data da entrega.

7.11 A CONTRATADA será responsável por preservar a integridade e qualidade dos materiais e kits durante o embarque, transporte e entrega.

7.12 A Licitante Vencedora deverá fornecer sempre que houver agendamento de entrega de Kits a estimativa de prazo de entrega a fim de embasar o deslocamento





Processo N° 2023/1323085

da equipe da DivOp ou CEDEC.

7.13 Relativamente ao disposto nesta cláusula, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.1 O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, iniciando na data de sua assinatura.

8.2 A vigência será de: 28/12/2023 até 28/12/2024.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Corpo de Bombeiros Militar do Pará deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Gestora: 310102 – Encargos sob Supervisão do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 31102 – CEDEC

Fonte do Recurso: 10500000001 – tesouro

Funcional Programática: 06.182.1502.8828 – RESPOSTA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Plano Interno: 1050008828C

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da CEDEC no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, conforme dados 10.5, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, contados da data do atesto na nota fiscal pelo FISCAL, o qual observará as especificações exigidas no Edital e Termo de Referência.

10.1.1 Caso o prestador não possua conta no banco BANPARÁ, será cobrada pelo Banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.

10.2 A contratada deverá encaminhar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:

10.2.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

10.2.2 Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;

10.2.3 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

10.2.4 Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

10.2.5 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;

10.3 O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento definitivo do material pelo responsável pela Fiscalização no local anteriormente mencionado;

10.4 A nota fiscal que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.

10.5 DADOS BANCÁRIOS

Será creditada na conta bancária:

BANCO: ITAÚ – AGÊNCIA: 1675 – CONTA CORRENTE: 99660-5





Processo N° 2023/1323085

cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao Contratante;

12.2.5 A Licitante Vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste instrumento em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais empregados, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

12.2.6 Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas os Kits solicitados, bem como pelos encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas diretas ou indiretas necessárias ao fornecimento e perfeito funcionamento do objeto;

12.2.7 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CEDEC, durante o prazo da Ata de Registro de Preços e/ ou Contrato, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução da Ata de Registro de Preços;

12.2.8 Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços/ Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;

12.2.9 Quando por problemas técnicos os prazos citados neste instrumento não puderem ser cumpridos, a licitante vencedora deverá comunicar por escrito a CEDEC ao qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;

12.2.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência da CEDEC;

12.2.11 Aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos estimados, nos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

12.2.12 Agendar com a DivOp as entregas dos Kits com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, visando a guarda antecipada de local para estacionamento;

12.2.13 Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos Kits oferecidos, fornecendo tudo de acordo com as Especificações Técnicas;

12.2.14 Indicar preposto para dirimir dúvidas e receber reclamações, bem como ser responsável pelo recebimento de empenhos e agendamentos da entrega do Objeto;

12.2.15 Cumprir as demais obrigações exigidas neste instrumento.

12.3 Comprovar a capacidade técnica para entrega de no mínimo 3.000 (três mil) garrafas de água mineral.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCERIA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1 Sem que a isto limite seus direitos, terá a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC as seguintes garantias:

13.1.1 Receber os bens de acordo com o que consta neste instrumento;

13.1.2 Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento.

13.2 Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:

13.2.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Licitante Vencedora no prazo estipulado, emitindo Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente aos bens contratados;

13.2.2 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao





Processo N° 2023/1323085

objeto do Contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições deste instrumento.

13.2.3 Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, indicando servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade e preços pactuados, acompanhando e fiscalizando a perfeita execução do Contrato.

13.2.4 Indicar servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade, marca e preços pactuados, acompanhando e fiscalizando a perfeita execução da ARP, através da DivOp

13.2.5 Cumprir e fazer cumprir o disposto neste instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTE CONTRATUAL:

14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES:

15.1 No caso de não cumprimento das obrigações oriundas deste instrumento, serão cominadas as seguintes penalidades:

15.1.2 ADVERTÊNCIA:

15.1.3 Pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga sérios





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO**

HELTON
CHARLES
ARAÚJO
MORAIS:588662
05249

Assinado digitalmente por HELTON CHARLES
ARAÚJO MORAIS:58866205249
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF, CN=ARAUJO, Y=VALD RFB VLS, OU=AR
SOLIMÕES CERTIFICADORA, OU=
Presencial: 01-222759631000101, CN=
HELTON CHARLES ARAÚJO
MORAIS:58866205249
Razão: motivo da sua assinatura aqui
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Fonte PDF Reader Versão: 2023.3.0

Processo N° 2023/1323085

prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

15.2 MULTA

15.2.1 De 0,1% ao dia até o limite máximo de 1,5%, sobre o valor total do item, nos casos de atraso injustificado nos prazos de:

- I - Assinatura do Contrato;
- II - Retirada/aceite da nota de empenho.

15.2.2 Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para assinatura do contrato, retirada da nota de empenho, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

15.2.3 De 0,1% ao dia até o limite máximo de 1,5%, sobre o valor total da respectiva nota de empenho, nos casos de atraso injustificado nos prazos de:

- I - Entrega do objeto licitado;
- II - Substituição do objeto licitado;
- III - Validade dos produtos.

15.2.4 Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega, substituição, validade do objeto licitado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

15.2.5 De 15%, sobre o valor total do item adjudicado, nos casos de:

- I - Recusa injustificada em assinar o Contrato, se configurar inexecução total;
- II - Recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho, se configurar inexecução total;
- III - Recusa injustificada da entrega, montagem e instalação do objeto contratado, se configurar inexecução total;
- IV - Recusa injustificada em substituição do objeto contratado, se configurar inexecução total;

V - Prestação da validade do Objeto, atendimento e/ou conclusão da manutenção/chamado, se configurar inexecução total;

VI - Outras hipóteses de inexecução total do objeto.

15.2.6 De 10%, sobre o valor total da respectiva nota de empenho, nos casos de:

- I - Recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho, desde que configure inexecução parcial do objeto.
- II - Entrega parcial injustificada dos objetos licitados;
- III - Não substituição injustificada de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial do objeto;
- IV - Término da validade dos Kits, desde que configure inexecução parcial do objeto;

15.2.7 De 5% sobre o valor total da respectiva nota de empenho nos casos de irregularidade no cumprimento do objeto, não referidas nos itens anteriores.

15.2.8 As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

15.2.9 Havendo garantia à execução apresentada pela empresa, o valor da multa será descontado da mesma. Não havendo validade ou caso o valor da multa seja superior à referida, a multa ou a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, podendo ser descontado dos créditos devidos, ou ainda judicialmente.

15.3 SUSPENSÃO

15.3.1 Nos casos de inexecução total ou parcial ou irregularidade não justificada e/ou não aceita pela administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CEDEC, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

I - 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial não justificada e/ou não aceita pela Administração ou irregularidade na execução;



Avenida Júlio César, nº 3000 – Marambaia, CEP: 66.615-055, Belém-PA
Fone: (91) 98899-6316
E-mail: contratoscbmpa@gmail.com

LEIDIANE DIAS
MONTEIRO:96
806907253

Assinado de forma digital
por LEIDIANE DIAS
MONTEIRO:96806907253
Dados: 2023.12.28
15:15:35 -03'00'



Processo N° 2023/1323085

II - 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total não justificada e/ou não aceita pela Administração.

15.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

15.4.1 No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, será declarada a inidoneidade da Contratada para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1 Caso o contratado não possua conta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, será cobrada uma taxa estipulada por este Banco referente ao DOC.

16.2 As empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

16.3 Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como perdas não consideradas de materiais, projetos incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.

16.4 A Licitante Vencedora deverá estar regularizada quanto à emissão de nota fiscal de acordo com sua legislação estadual.

16.5 A licitação do objeto deste Termo de Referência se dará por valor global por lote de bens, conforme justificativa;

16.6 O registro dos preços efetivados na Ata não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, cabendo, contudo, na hipótese de opção por outro meio de contratação, assegurar ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

17.1 A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 mesma Lei.

17.2 Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que a advierem do rompimento.

17.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

17.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

18.1 A aceitação do objeto está condicionada ao atendimento das especificações constantes deste Termo de Referência e a proposta da licitante.

18.2 Os produtos deverão obedecer às normas divulgadas na ABNT, em conformidade com as edições mais recente, de acordo com o exigido nas especificações técnicas contidas no item 3 deste termo, no que couber;

18.3 Os alimentos deverão ser preparados no dia da entrega, não sendo aceito





Processo N° 2023/1323085

produtos reaproveitados, e o prazo de validade deverá estar fixado e visível na embalagem de todos os produtos.

18.4 Os itens deverão ser entregues e servidos em perfeitas condições sanitárias e de higiene alimentar, ficando sob a responsabilidade da empresa contratada, quaisquer danos ocasionados pelo transporte, bem como pela execução do serviço.

18.5 A empresa deverá possuir alvará sanitário ou Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal (LF), conforme o caso, no que couber, nos termos das legislações específicas da ANVISA, onde serão produzidos/manipulados os alimentos que serão fornecidos, apto para comercializar alimentos preparados (Resolução RDC 216, de 15/09/2014 e DECRETO LEI N° 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969);

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.666, de 1993, na Lei n° 10.520, de 2002 e Decreto n° 10.024/2019, Decreto Estadual n° 534/2020 e demais normativos de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

20.1 Este contrato poderá ser alterado nos termos do disposto no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

20.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR:

21.1 As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

21.2 Greve geral;

21.3 Interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;

21.4 Calamidade pública;

21.5 Acidentes, sem culpa da Contratada, que impliquem em retardamento da execução da atividade;

21.6 Consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;

21.7 Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO**

Processo N° 2023/1323085

CONTRATANTE;

outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela Contratada perante a CONTRATANTE, por escrito.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à CONTRATANTE, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

22.1 O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o art. 28, § 5º da Constituição Estadual.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

23.1 É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente Contrato.

23.2 E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presente.

Belém, 28 de Dezembro de 2023

**HELTON CHARLES
ARAÚJO
MORAIS:58866205249**

Assinado digitalmente por HELTON CHARLES ARAUJO
MORAIS:58866205249
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR SOLIMÕES CERTIFICADORA, OU=Presencial, OU=22759531000103, CN=HELTON CHARLES ARAUJO
MORAIS:58866205249
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

**HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM
Comandante-Geral do CBMPA
e Coordenador Estadual de Defesa Civil, em exercício**

**LEIDIANE DIAS
MONTEIRO:96806907253**

Assinado de forma digital por
LEIDIANE DIAS
MONTEIRO:96806907253
Dados: 2023.12.28 15:16:31 -03'00'

**LEIDIANE DIAS MONTEIRO
L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF N° _____

2ª _____
CPF N° _____



Avenida Júlio César, nº 3000 – Marambaia, CEP: 66.615-055, Belém-PA
Fone: (91) 98899-6316
E-mail: contratoscbmpa@gmail.com



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO**

PORTARIA Nº 197/IN/CONTRATO, DE 28 DE DEZEMBRO 2023

O COMANDANTE-GERAL DO CBMPA E COORDENADOR ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 10º da Lei 5.731, de 15 de dezembro de 1992;

Considerando a portaria nº 213, de 28 de dezembro de 2018, que institui o Grupo Técnico de Gestão de Compras;

Considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/1323085 – CBMPA, resolve:

Art. 1º Designar o 3º SGT BM JORGE DA SILVA MACHADO, MF: 57173921/1, como Fiscal Titular do Contrato nº 152/2023, celebrado com a EMPRESA: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, CNPJ: 44.993.260/0001-80, cujo objeto é aquisição de 1000 (mil) galões de água mineral de 5 litros, a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Porto de Moz-PA, para acompanhar e fiscalizar sua execução em obediência ao art. 67 da Lei nº 8.666/93 e o art. 6º do Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013.

Art. 2º Designar o 3º SGT BM HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR, MF: 57218244/1, como Fiscal Suplente do referido Contrato, que assumirá todas as atribuições do Fiscal Titular nos seus impedimentos e afastamentos, gozo de férias, e casos de ausência por motivo de força maior, conforme art. 66 e 71 da Lei Estadual nº 5.251/1985 e art. 70-A, 70-B, 70-C da Lei Ordinária nº 8.974/2020, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais do Estado do Pará e regulamento do CBMPA.

Art. 3º O Fiscal do Contrato será o responsável por sua perfeita execução, cabendo-lhe atestar o recebimento dos serviços prestados mediante termo de recebimento circunstanciado, conforme arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Determinar ao Fiscal do contrato que informe a Diretoria de Apoio Logístico do CBMPA, dentro do prazo de 48h (quarenta e oito horas), qualquer afastamento que o impossibilite em dar continuidade nos trabalhos inerentes à fiscalização do contrato.

Art. 5º Determinar ao Fiscal que remeta até o 5º (quinto) dia útil de cada bimestre, relatório de acompanhamento do Instrumento Contratual à Diretoria de Apoio Logístico do CBMPA.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Instrumento Contratual ou de seus termos aditivos, quando houver.

**HELTON CHARLES
ARAUJO**

MORAIS:58866205249

HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil, em exercício.

Assinado digitalmente por HELTON CHARLES ARAUJO
MORAIS:58866205249
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR
SOLIMÕES CERTIFICADORA, OU=Presencial, OU=
22759531000103, CN=HELTON CHARLES ARAUJO
MORAIS:58866205249
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0



TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO AS PORTARIAS DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 159/2023, 160/2023, 161/2023, 162/2023, 163/2023 – CCC/ PMPA; Protocolo: 1026427, 1026430, 1026436, 1026438, 1026440, publicado no D.O.E nº 35.656 de 22/12/2023; Belém/PA, 03 de janeiro de 2024; JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044; Comandante Geral da PMPA.

Protocolo: 1028672

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DO ESTADO DO PARÁ**

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 198/IN/CONTRATO,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Processo nº 2023/491807

Contrato nº 153/2023

Fiscal do Contrato: 3º SGT BM JORGE DA SILVA MACHADO, MF: 57173921/1, como Fiscal Titular.

Fiscal Suplente do Contrato: 3º SGT BM HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR, MF: 57218244/1, como Fiscal Suplente.

Objeto: Aquisição de 128 (cento e vinte e oito) kits emergenciais de ajuda humanitária (dormitório) para ações de resposta em situação de emergências e/ou calamidades públicas decretadas no Estado do Pará.

Vigência: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de seus termos aditivos, quando houver.

Contratada: HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ: 19.675.317/0001-56

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028585

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 197/IN/CONTRATO,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Processo nº 2023/1323085

Contrato nº 152/2023

Fiscal do Contrato: 3º SGT BM JORGE DA SILVA MACHADO, MF: 57173921/1, como Fiscal Titular.

Fiscal Suplente do Contrato: 3º SGT BM HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR, MF: 57218244/1, como Fiscal Suplente.

Objeto: Aquisição de 1000 (mil) galões de água mineral de 5 litros, a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Porto de Moz-PA.

Vigência: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de seus termos aditivos, quando houver.

Contratada: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

CNPJ: 44.993.260/0001-80

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028584

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 196/IN/CONTRATO,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Processo nº 2023/1323085

Contrato nº 151/2023

Fiscal do Contrato: 3º SGT BM JORGE DA SILVA MACHADO, MF: 57173921/1, como Fiscal Titular.

Fiscal Suplente do Contrato: 3º SGT BM HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR, MF: 57218244/1, como Fiscal Suplente.

Objeto: Aquisição DE 1.900 (mil e novecentos) kits emergenciais (cesta básica de alimentos), a fim de realizar ação de resposta no município de Porto de Moz-PA.

Vigência: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de seus termos aditivos, quando houver.

Contratada: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 42.292.712/0001-71

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028582

EXTRATO DA PORTARIA Nº 194/IN/CONTRATO, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

Processo nº 2023/1303123

Contrato nº 149/2023

Fiscal do Contrato: 3º SGT BM JORGE DA SILVA MACHADO, MF: 57173921/1, como Fiscal Titular.

Fiscal Suplente do Contrato: 3º SGT BM HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR, MF: 57218244/1, como Fiscal Suplente.

Objeto: Aquisição de 973 (novecentos e setenta e três) kits emergenciais (cesta básica de alimentos), a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Xingu-PA.

Vigência: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de seus termos aditivos, quando houver.

Contratada: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 42.292.712/0001-71

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028579

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 195/IN/CONTRATO,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Processo nº 2023/1303123

Contrato nº 150/2023

Fiscal do Contrato: 3º SGT BM JORGE DA SILVA MACHADO, MF: 57173921/1, como Fiscal Titular.

Fiscal Suplente do Contrato: 3º SGT BM HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR, MF: 57218244/1, como Fiscal Suplente.

Objeto: Aquisição de 1000 (um mil) galões de água mineral de 5 litros, a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Xingu-PA.

Vigência: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de seus termos aditivos, quando houver.

Contratada: MAIS SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.833.638/0001-28

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028580

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2023

Objeto: Aquisição de 1000 (mil) galões de água mineral de 5 litros, a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Xingu-PA, o qual solicita ajuda humanitária, em virtude de decretação de Situação de Emergência.

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 SRP / ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2023 CEDEC, e Processo Administrativo Nº 2023/1303123.

Unidade Gestora: 310102 – Encargos sob Supervisão do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 31102 – CEDEC

Fonte do Recurso: 10500000001 – tesouro

Funcional Programática: 06.182.1502.8828 – RESPOSTA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Plano Interno: 1050008828C

Valor Global: R\$ 9.820,00 (nove mil e oitocentos e vinte reais)

Data da assinatura: 28/12/2023

Vigência: 28/12/2023 até 28/12/2024

Contratada: MAIS SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.833.638/0001-28

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028572

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1900 (mil e novecentos) KITS EMERGENCIAIS (CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS), a fim de realizar ação de resposta no município de Porto de Moz-PA, o qual solicita ajuda humanitária, em virtude de decretação de Situação de Emergência.

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 SRP / ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2023 B - CBMPA e Processo Nº 2023/1323085.

Unidade Gestora: 310102 – Encargos sob Supervisão do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 31102 – CEDEC

Fonte do Recurso: 10500000001 – tesouro

Funcional Programática: 06.182.1502.8828 – RESPOSTA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Plano Interno: 1050008828C

Valor Global: R\$ 465.405,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinco reais)

Data da assinatura: 28/12/2023

Vigência: 28/12/2023 até 28/12/2024

Contratada: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 42.292.712/0001-71

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028574

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2023

Objeto: Aquisição de 1000 (mil) galões de água mineral de 5 litros, a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Porto de Moz-PA, o qual solicita ajuda humanitária, em virtude de decretação de Situação de Emergência.

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 SRP / ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2023 CEDEC, e Processo Administrativo Nº 2023/1323085.

Unidade Gestora: 310102 – Encargos sob Supervisão do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 31102 – CEDEC

Fonte do Recurso: 10500000001 – tesouro

Funcional Programática: 06.182.1502.8828 – RESPOSTA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Plano Interno: 1050008828C

Valor Global: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 28/12/2023

Vigência: 28/12/2023 até 28/12/2024

Contratada: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

CNPJ: 44.993.260/0001-80

Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028576

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2023

Objeto: Aquisição de 128 (cento e vinte e oito) kits emergenciais de ajuda humanitária (dormitório) para ações de resposta em situação de emergências e/ou calamidades públicas decretadas no Estado do Pará.

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023 SRP / ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023-A CBMPA, e Processo Administrativo Nº 2023/491807.

Unidade Gestora: 310102 – Encargos sob Supervisão do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 31102 – CEDEC

Fonte do Recurso: 10500000001 – tesouro

Funcional Programática: 06.182.1502.8828 – RESPOSTA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Plano Interno: 1050008828C
 Valor Global: R\$ 65.767,68 (sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos).
 Data da assinatura: 28/12/2023
 Vigência: 28/12/2023 até 28/12/2024
 Contratada: HIGIEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
 CNPJ: 19.675.317/0001-56
 Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028577

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE 973 (novecentos e setenta e três) KITS EMERGENCIAIS (CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS), a fim de realizar ação de resposta no município de Vitória do Xingu-PA, o qual solicita ajuda humanitária, em virtude de decretação de Situação de Emergência.
 Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 SRP / ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2023 B - CBMPA e Processo Nº 2023/1303123.
 Unidade Gestora: 310102 – Encargos sob Supervisão do Corpo de Bombeiros
 Unidade Orçamentária: 31102 – CEDEC
 Fonte do Recurso: 10500000001 – tesouro
 Funcional Programática: 06.182.1502.8828 – RESPOSTA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Plano Interno: 1050008828C
 Valor Global: R\$ 238.336,35 (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).
 Data da assinatura: 28/12/2023
 Vigência: 28/12/2023 até 28/12/2024
 Contratada: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA
 CNPJ: 42.292.712/0001-71
 Ordenador: HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL QOBM

Protocolo: 1028570



PORTARIA

Portaria nº 4/2024-GAB/DG/REVOGAÇÃO Belém, 02 de Janeiro de 2024

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.
 CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;
 CONSIDERANDO o teor do PAE Nº 2023/1458126, em que o servidor solicita a revogação da cessão;
 R E S O L V E: I - REVOGAR, os termos da Portaria nº 1434/2023, que CEDEU o servidor DPC ANTONIO AILTON BENONE SABBA, Matrícula nº 54189123, da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, para a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, retornando para POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, a contar de 28/12/2023;
 II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato;
 DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
 WALTER RESENDE DE ALMEIDA
 Delegado-Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1028551

Portaria nº 9/2024-GAB/DG/CEDÊNCIA Belém, 02 de Janeiro de 2024

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.
 CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;
 CONSIDERANDO o teor do PAE Nº 2023/1255750, em que versa sobre o pedido de cessão da Servidora DPC CLAUDILENE SOUZA MAIA, Matrícula nº 5894774,
 CONSIDERANDO a autorização da SEPLAD e do Chefe da CASA CIVIL, CONSIDERANDO os termos do Art. 12º do Decreto Estadual nº 795, de 29 de maio de 2020,
 R E S O L V E: I - CEDER, a servidora DPC CLAUDILENE SOUZA MAIA, Matrícula nº 5894774, para a SERETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 30/10/2023 até 29/10/2025, com ônus ao órgão cedente, sem reembolso, nos termos do Decreto Estadual nº 795, de 29 de maio de 2020, publicado no DOE nº 34.240, de 01 de junho de 2020;
 II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato;
 DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
 WALTER RESENDE DE ALMEIDA
 Delegado-Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1028549

DIÁRIA

PORTARIA Nº: 03377/2023 - DGPC/OD/DRF DE 29 de Novembro de 2023.

CONSIDERANDO: o teor do PROT 2023/1336539, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de SANTA LUZIA DO PARÁ, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS POLICIAIS - DPI, no período de 28/11/2023 a 28/11/2023;

1. DPC DAVID HENRIQUE FLAVIO - MAT: 5940494 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
2. IPC PAULO CÉSAR ROCHA DA SILVA - MAT: 5966785 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
3. IPC BRENO BEZERRA SILVA - MAT: 5966995 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
4. IPC ANTONIO JUNIOR RIBEIRO SOUZA - MAT: 5853508 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
5. IPC LUILMA REBELO NUNES - MAT: 5928043 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
6. IPC FRANCISCA CAROLINA SABINO MENDES - MAT: 5966972 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
7. IPC JOANA ELISA LIRA MARTINS - MAT: 5966991 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
8. DPC JASSON YTALLO COSTA BARROS DOS SANTOS - MAT: 5966527 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)
9. IPC LEONARDO DOS SANTOS ARAÚJO - MAT: 5967075 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 0,5, TOTAL: R\$ 118,69)

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149; RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de diária(s) aos servidores listados abaixo, perfazendo um total de R\$ 1,068.21 (UM MIL, SESSENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
 DANIELA SOUSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
 DELEGADO-GERAL ADJUNTO / Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº: 03378/2023 - DGPC/OD/DRF DE 29 de Novembro de 2023.

CONSIDERANDO: o teor do PROT 2023/1354183, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de SÃO FÉLIX DO XINGU, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS POLICIAIS - DEMAPA, no período de 30/11/2023 a 01/12/2023;

1. IPC PAULO ANDRÉ PINHEIRO SERRA - MAT: 5966253 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 1,5, TOTAL: R\$ 356,07)
2. IPC SANDRISSON LESSA RIBEIRO - MAT: 5966228 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 1,5, TOTAL: R\$ 356,07)

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149; RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de diária(s) aos servidores listados abaixo, perfazendo um total de R\$ 712.14 (SETECENTOS E DOZE REAIS E QUATORZE CENTAVOS), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
 DANIELA SOUSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
 DELEGADO-GERAL ADJUNTO / Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº: 03379/2023 - DGPC/OD/DRF DE 29 de Novembro de 2023.

CONSIDERANDO: o teor do PROT 2023/1351496, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de SÃO FÉLIX DO XINGU, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS POLICIAIS - DEMAPA, no período de 30/11/2023 a 01/12/2023;

1. IPC MARCIO CRISTIANO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - MAT: 57192674 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 1,5, TOTAL: R\$ 356,07)
2. DPC ANTONIO ACÁCIO DO NASCIMENTO NETO - MAT: 5966846 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 1,5, TOTAL: R\$ 356,07)
3. DPC IURI PEREIRA SOEIRO DE CASTRO - MAT: 55209630 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 1,5, TOTAL: R\$ 356,07)

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149; RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de diária(s) aos servidores listados abaixo, perfazendo um total de R\$ 1,068.21 (UM MIL, SESSENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
 DANIELA SOUSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
 DELEGADO-GERAL ADJUNTO / Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº: 03380/2023 - DGPC/OD/DRF DE 29 de Novembro de 2023.

CONSIDERANDO: o teor do PROT 2023/1357288, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de BRAGANÇA, a fim de realizar APOIO DE TRABALHO ADMINISTRATIVO, no período de 29/11/2023 a 01/12/2023;

1. DAS RUI GUILHERME BASTOS MORAES - MAT: 5006961 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 2, TOTAL: R\$ 474,76)
2. DAS OSVALDO MIRANDA DOS SANTOS - MAT: 5946727 (GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 2, TOTAL: R\$ 474,76)